



Relatório de Atividades 2013

Edifício Zion Business Rua Dom Romualdo de Seixas, 1698 - 11º Andar CEP: 66.055-100 - Umarizal - Belém - Pará. (+55) 91 3182-4000

E-mail: imazon@imazon.org.br Página: www.imazon.org.br

SUMÁRIO

Carta da Diretoria Executiva4	Gestao ambiental municipal da novos passos	. 10
Quem somos6	TCU avalia gestão de UCs na Amazônia	.19
Missão Visão6	Compensação ambiental pode garantir a	
Valores	manutenção de Unidades de Conservação	.20
Principais contribuições8	Florestas na Calha Norte começam a ser consolidadas	.21
Programas	Método é aplicado para monitorar exploração madeireira	.22
Política e Economia Florestal	Imazon ajuda na elaboração de auditoria na pecuária	.24
Monitoramento da Amazônia	Disseminação e reconhecimentos	.25
Municípios Sustentáveis	Principais financiadores	.28
Direito e Sustentabilidade	Extrato do Balanço Financeiro 2013	.29
Mudanças Climáticas	Parecer dos auditores independentes	.34
Avanços e Conquistas	Anexos	.35
Sistema estima emissões de GEE no Brasil	SIGLAS	.44
Novo sistema monitora degradação anualmente		



As atividades desenvolvidas pelo Imazon em 2013 estiveram voltadas para a análise das questões críticas, como a retomada do desmatamento, e para as oportunidades e soluções de problemas relacionados ao uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia.

Na área de geração de informação estratégica, contribuímos com a atualização das estimativas nacionais de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) decorrentes de mudanças de uso da terra, no âmbito do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), lançado pelo Observatório do Clima. Também desenvolvemos novo método para medir com maior precisão o desmatamento e a degradação florestal em escala anual. Além disso, tivemos diversas iniciativas de apoio à proteção e consolidação das Unidades de Conservação. Por exemplo, o nosso estudo sobre

mecanismo de compensação ambiental revela um grande potencial para implantar as Unidades de Conservação do Pará com esses recursos. Também publicamos relatórios sobre as Unidades de Conservação mais ameaçadas pelo desmatamento e ou riscos de desafetação.

Em 2013, o Imazon intensificou o seu trabalho de fortalecimento da gestão ambiental municipal no Pará. Houve apoio às ações locais de combate ao desmatamento e ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), às melhores práticas de uso da terra e à capacitação em geoprocessamento.

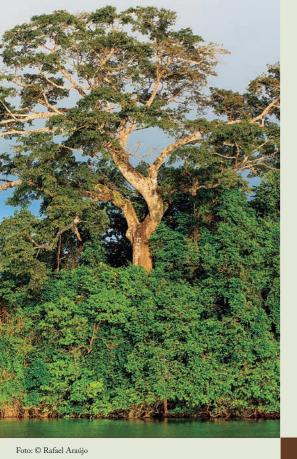
Por fim, destacamos três iniciativas na área de políticas públicas. Primeiro, acompanhamos e contribuímos para a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) no que diz respeito às Unidades de Conservação do bioma Amazônia. Segundo, co-

laboramos com o Ministério Público Federal (MPF) no Pará na definição de escopo e testes da auditoria sobre a implantação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da cadeia da pecuária no Estado. E, por último, apoiamos a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema-PA) na adoção do sistema de monitoramento da exploração madeireira desenvolvido pelo Imazon.

No último ano, as informações produzidas pelo Imazon continuaram a chamar atenção da imprensa e do público em geral. O Instituto foi citado 1.212 vezes. Além disso, usuários da *internet* baixaram 10.384^[1] cópias das publicações diretamente do nosso *site*. Conheça mais sobre essas iniciativas e sobre o Imazon neste Relatório de Atividades 2013. Uma boa leitura!

Andréia Pinto – Diretora Executiva Verônica Oki – Diretora Administrativa

^[1] Por uma falha da empresa que administra o site do Imazon na contagem de dados foram contabilizados downloads de 10 de janeiro a 14 de outubro de 2013.



Quem somos

O Imazon é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que atua como instituto de pesquisa, fundado em 1990, com sede em Belém, Pará. Em 23 anos de existência, o Imazon publicou mais de 600 trabalhos técnicos, dos quais 220 foram veiculados como artigos em revistas científicas internacionais. Além disso, o Instituto publicou 59 livros e 22 livretos (até dezembro de 2013).



Missão

Promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional.

Visão

A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.



Valores

Sustentabilidade. As soluções para os problemas de uso dos recursos naturais devem ser baseadas nos princípios de sustentabilidade, que é a capacidade de um ecossistema de manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Isso significa respeitar todas as formas de vida e os ciclos da natureza, valorizar a diversidade cultural, fortalecer economias locais sustentáveis, considerar os custos ambientais e sociais envolvidos nos processos produtivos e promover esforços para a repartição de benefícios (compartilhar poder na tomada de decisão e dividir os bens e serviços criados de forma sustentável).

Ética. Adotar uma relação respeitosa com as outras instituições e atores sociais; respeitar os direitos autorais; respeitar os códigos de ética profissional; não discriminar raça, credo, posição social ou posição ideológica nas relações internas e externas.

Uso do método científico. O

Imazon conduz análises objetivas e isentas, baseadas em métodos científicos comprovados na literatura especializada.

Excelência na qualidade. Os produtos do Imazon passam por um processo rigoroso de controle de qualidade interna e de revisão por pares externos. Isso reforça a credibilidade e o respeito ao Instituto.



- 1. Estudos do Imazon na área de manejo florestal e ecologia serviram de base para o estabelecimento de um sistema de manejo florestal destinado a empresas e comunidades tradicionais. No final de 2013, a área manejada na Amazônia já superava 6 milhões de hectares, dos quais mais da metade detinha o selo verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC).
- 2. Estudo publicado em 2000 sobre a dinâmica do *Boom*-Colapso, em parceria com o Banco Mundial, serviu de referência para a elaboração de políticas públicas de combate ao desmatamento

- e criação de Unidades de Conservação na Amazônia.
- 3. Pesquisas do Imazon sobre ecologia do mogno, a mais valiosa espécie de madeira tropical, foi essencial para sua inclusão na lista de espécies ameaçadas da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora (Cites) em 2003.
- 4. Estudos técnicos e iniciativas de políticas públicas liderados pelo Imazon tiveram impacto direto na criação de 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia, dos quais 12,8 milhões de hectares na região da Calha Norte do Pará.
- 5. Estudos sobre política e economia florestal contribuíram de forma decisiva para a elaboração da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas do Brasil em 2006, cujo principal objetivo é promover o uso sustentável dessas florestas.
- 6. Em 2006, o Imazon desenvolveu o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) como instrumento para monitorar mensalmente e divulgar amplamente a situação do desmatamento na Amazônia. Esse monitoramento tem contribuído para aumentar os esforços de combate ao desmatamento por parte do governo.

- 7. O Imazon firmou parceria inédita com o MPF e Ministério Público Estadual (MPE) para monitorar a ocorrência de desmatamento ilegal sobre as Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) no Pará, Mato Grosso, Amapá e Roraima.
- 8. Estudos realizados pelo Imazon sobre crédito público contribuíram para a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2008, que exige a regularidade ambiental e fundiária para concessões de novos créditos na região amazônica para imóveis acima de 400 hectares.
- 9. Estudos do Instituto sobre a área fundiária da Amazônia passaram a ser referência e contribuíram para que a regularização de terras fosse eleita prioridade na preparação do Plano Amazônia Sustentável do governo federal a partir de 2008.
- 10. Pesquisas do Imazon sobre manejo florestal comunitário serviram de base para a definição da política nacional de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia.
- 11. Estudos do Imazon sobre a lei de crimes ambientais contribuíram para aperfeiçoamento das estratégias de combate ao desmatamento, incluindo mudanças para

- acelerar a doação de bens apreendidos em fiscalizações ambientais, o confisco de bens apreendidos e a disseminação da lista de imóveis embargados.
- 12. O Imazon é pioneiro no desenvolvimento de técnicas para detectar e avaliar a efetividade e a qualidade de planos de manejo florestal para extração madeireira usando imagens de satélite na Amazônia.
- 13. O monitoramento do desmatamento e da degradação florestal realizado em 2,2 milhões de quilômetros quadrados de Áreas Protegidas beneficia diretamente mais de 800 mil pessoas que habitam essas áreas, entre elas, as populações indígenas e as comunidades tradicionais. Como resultado desse esforço, o Imazon recebeu o Prêmio Chico Mendes em 2010.
- 14. Em 2007, o Imazon foi uma das organizações fundadoras da Articulação Regional Amazônica (ARA), a qual reúne mais de 50 entidades da Pan-Amazônia em torno da conservação e uso sustentável dos recursos naturais na bacia amazônica.
- 15. Em 2008 foi estabelecido o Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI) para atender a demanda de capacitação em geotecnologias para um público amplo, o qual inclui servi-

- dores e dirigentes públicos, líderes locais e comunitários, Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e entidades dos outros países amazônicos.
- 16. O Imazon foi uma das instituições parceiras do Projeto Municípios Verdes (PMV) em Paragominas. Esse projeto resultou na redução de mais de 95% do desmatamento no município e no cadastro de mais de 90% das propriedades rurais no CAR. Além disso, o Instituto colaborou para que outros três municípios paraenses deixassem a lista crítica de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- 17. O Imazon foi uma das instituições-chave na iniciativa "Carta Aberta das Empresas Brasileiras" a favor de um acordo climático na Conferência do Clima em Copenhague em 2009 (COP-15). Essa iniciativa foi reconhecida pelo Secretário Geral da Organização das Nacões Unidas (ONU) como uma das mais importantes na fase preparatória da COP-15.
- 18. Os líderes da iniciativa transparência florestal do Imazon (Carlos Souza Jr. e Beto Veríssimo) receberam o prêmio global de empreendedorismo social da Fundação Skoll (EUA) em 2010.

- 19. Em 2010, o Imazon firmou parceria com a *Google* para desenvolver o seu sistema de monitoramento de desmatamento na plataforma *Earth Engine*. O *SAD-Earth Engine* (SAD-EE) será usado para monitorar o desmatamento em outros países tropicais.
- 20. Em 2011, o Imazon apoiou a concepção e implantação do PMV do Estado do Pará, o qual reúne 105 municípios de um total de 144 existentes no Pará (1 milhão de quilômetros quadrados) e beneficia uma população de mais de 5 milhões de pessoas.
- 21. O Imazon contribuiu tecnicamente para a proposta do "Desmatamento Zero Líquido" até 2020 anunciada pelo Governo do Pará na Conferência Rio+20 em 2012.
- 22. O Imazon foi uma das instituições a liderar a elaboração do primeiro mapa de desmatamento para todos os países amazônicos (Pan-Amazônia) para os anos 2000, 2005 e 2010. Isso ocorreu no âmbito da parceria com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada (Raisg).

- 23. O Imazon foi pioneiro no monitoramento do desmatamento em assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Esse trabalho contribuiu para a criação do Programa Assentamentos Verdes do Incra em 2012.
- 24. O Imazon auxiliou o MPF na elaboração do TAC para aumentar a oferta de gado proveniente de fazendas operando legalmente no Pará. O TAC contribuiu para o aumento no número de fazendas registradas no CAR no Pará, passando de cerca de 400, em junho de 2009, para aproximadamente 100 mil no final de 2013.
- 25. O Imazon participou da elaboração do Seeg^[2], sendo responsável pela atualização das estimativas de emissões do setor de mudança de uso da terra para todos os biomas do Brasil.
- 26. O Instituto foi parceiro da World Resources Institute (WRI) na construção da Global Forest Watch (GFW), uma plataforma dinâmica online de monitoramento e alerta que possibilita, pela primeira vez, o acesso a imagens de satélite, mapas de desmatamentos e crowdsourcing para garantir o

- acesso a informações precisas em tempo real sobre as florestas do mundo todo.
- 27. O Governo do Estado do Pará publicou o decreto 739/2013, que cria um processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do PMV. Esse decreto foi um resultado direto da avaliação do Iterpa (Instituto de Terras do Pará) e proposta de aperfeiçoamento realizada pelo Imazon no final de 2012 e início de 2013.



Foto: © Rafael Araújo

Programas

Política e Economia Florestal

O objetivo deste programa é avaliar e subsidiar políticas públicas para promover o uso e a conservação dos recursos florestais na região amazônica. Além disso, o programa também apoia a criação e implantação de Unidades de Conservação na Amazônia Legal com ênfase no Estado do Pará.

Monitoramento da Amazônia

O objetivo geral do programa é detectar, quantificar e monitorar, por meio de imagens de satélite, o desmatamento, a degradação florestal, a exploração madeireira, as estradas não oficiais e outras formas de pressão humana na Amazônia Legal. Os resultados do monitoramento são combinados com diversos mapas digitais, por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), para a qualificação dos problemas ambientais e planejamento regional. O programa também desenvolve propostas para políticas públicas e capacitação em geotecnologias e dissemina estrategicamente os seus resultados, contribuindo para a redução do desmatamento e degradação florestal.

Municípios Sustentáveis

Atua no fortalecimento da gestão ambiental e no apoio à economia de baixo carbono nos municípios da Amazônia. Para isso, considera-se tanto o aumento da responsabilidade atribuída aos municípios para o controle do desmatamento, realização do CAR e licenciamento ambiental como a fragilidade estrutural e operacional dos sistemas de gestão ambiental municipal na Amazônia. Dessa forma, as ações desse programa incluem criação de bases para gestão ambiental municipal, apoio aos pactos locais pela regularização ambiental, apoio ao CAR, elaboração de base cartográfica e apoio à implantação do monitoramento colaborativo do desmatamento com os governos locais.

Direito e Sustentabilidade

Para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável na Amazônia é necessário tornar as leis ambientais e fundiárias coerentes e fazer com que elas sejam aplicadas de forma efetiva. Este programa visa facilitar o desenvolvimento sustentável na região com um enfoque no aumento da eficácia do combate ao crime ambiental e na ampliação da regularização fundiária.

Mudanças Climáticas

Este programa visa reduzir emissões das principais fontes de GEE na Amazônia, bem como apoiar ações para preparar e adaptar populações e ecossistemas locais aos impactos das mudanças climáticas. Para isso, seu foco está em: elaborar estudos e apoiar políticas públicas estaduais e federais voltadas para a redução de emissões provenientes do desmatamento. Os objetivos são i) aumentar a eficácia de mecanismos de comando e controle e desenvolver instrumentos factíveis para estímulo à manutenção da floresta em pé; ii) estimular o aumento da produtividade agropecuária sem expansão de área e a adoção de práticas que reduzam as emissões de GEE diretas da criação bovina; e iii) estimular o aumento da área reflorestada e restaurada na Amazônia para ampliar o sequestro de carbono e esforços de adaptação.

Avanços e Conquistas

Sistema estima emissões de GEE no Brasil

Observatório do Clima reúne e analisa de forma inovadora dados sobre emissões em escala nacional.

Aumento da temperatura média em até 5° C e profundos impactos para a agricultura, segurança energética, saúde e habitação no Brasil. Este é um possível cenário apontado como consequência das mudanças climáticas, de acordo com os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas (PBMC). Divulgados em 2013, os relatórios indicam que as mudanças verificadas no clima são reais e têm como principal causa o aumento das emissões de GEE provocadas pela ação humana.

Acompanhar a evolução das emissões brasileiras de GEE é fundamental para que se possa avaliar o alcance da implantação da Política Nacional de Mudanças Climáticas (que tem uma meta de redução de emissões de 36% até 2020), além de delinear tendências e detectar eventuais desvios a tempo de propor correções de rumo.

Pensando nisso, o Observatório do Clima (OC) – uma rede de cerca de 35 ONGs e da sociedade civil ligadas à questão climática – lançou em novembro de 2013 o Seeg. O governo bra-



Fonte: See

sileiro já havia publicado dois inventários de emissões de GEE, em 2005 (com dados de 1990 a 1994) e em 2010 (com dados de 2000 a 2005), além das estimativas oficiais para 2010, divulgadas em junho de 2013. "Embora extremamente importantes, os dados dos inventários acabam sendo pouco efetivos para políticas públicas, dado o seu descolamento do momento de decisão", afirma Carlos Rittl, secretário executivo do OC.

O Seeg atualizou as estimativas anuais para o período de 1990 a 2012 de cinco setores – Agropecuária, Energia, Mudanças do Uso da Terra, Processos Industriais e Resíduos – e de todos os gases previstos na metodologia do inventário nacional. O Imazon foi responsável pela atualização das estimativas de emissões do setor de Mudanças do Uso da Terra de todos biomas do Brasil.

Segundo o pesquisador adjunto Amintas Brandão Jr., que fez parte da equipe do Imazon nessa iniciativa, para replicar o mé-

todo do inventário foi preciso utilizar mapas detalhados de cobertura do solo e de biomassa, informações que existem com qualidade somente para o bioma Amazônia. Desta

"No futuro, pretendemos capacitar instituições dos outros biomas para replicar a metodologia de mapeamento do desmatamento e degradação florestal que foi utilizada na Amazônia"

forma, para os outros biomas foi necessário repetir o último dado de desmatamento disponível. "No futuro, pretendemos capacitar instituições dos outros biomas para replicar a metodologia de mapeamento do desmatamento e degradação florestal que foi utilizada na Amazônia", conta o pesquisador.

O setor de Mudanças do Uso da Terra emitiu até 2012 um total de 28,14 bilhões de

toneladas de carbono equivalente (tCO2e), correspondente a 61% das emissões brutas totais nacionais. No entanto, esse setor apresentou a mais expressiva redução de emissões brasileiras (42% em 22 anos), saindo de 0,82 bilhão de toneladas de CO2e, em 1990, para 0,48 bilhão de toneladas de CO2e em 2012. Grande parte dessa redução ocorreu por causa da queda expressiva do desmatamento na Amazônia.

"O Brasil deu uma contribuição importante para a redução das emissões globais com a queda do desmatamento na Amazônia na última década", afirma Tasso Azevedo, ex-diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro e coordenador do projeto Seeg. "Precisamos agora enfrentar as contradições atuais, que fazem com que as emissões de GEE dos demais setores – agropecuária, energia, processos industriais e resíduos – caminhem no sentido inverso e subam mais que a média global".

Novo sistema monitora degradação anualmente

Mapa mostra evolução do desmatamento e degradação na Amazônia ao longo dos anos com imagens de alta resolução.

Desde 2006, o SAD do Imazon detecta mensalmente alertas de desmatamento, ou seja, corte total da floresta e degradação florestal, que é a perda da vegetação por queimadas ou exploração madeireira, a qual também representa grande perda de biodiversidade. Utilizando imagens de satélite com uma resolução de 250 m por pixel, a metodologia do SAD focaliza muito mais a precisão da localização e a rapidez na divulgação dos dados (essas imagens são geradas diariamente) do que a quantidade exata do impacto sobre a floresta.

Para fornecer dados anuais sobre desmatamento e degradação florestal com mais precisão, nos últimos três anos, o Imazon intensificou os trabalhos de desenvolvimento de uma metodologia que mensura essas perdas anualmente na Amazônia. O resultado foi divulgado em março de 2013: um mapa com dados anuais de 2000 a 2010. O novo produto é equivalente ao Prodes do Inpe

no tocante à quantificação de desmatamento, mas agrega também informações inéditas sobre degradação florestal. Atualmente, já está sendo desenvolvido o monitoramento com imagens *Landsat*, de forma operacional, para munícipios piloto do projeto apoiado pela Fundação Skoll, Mercy Corps e Usaid.



Nesses dez anos, a degradação afetou uma área equivalente a 30% da área total desmatada no período, com média de 5.188 quilômetros quadrados por ano. "É uma perda significativa. Quando essa pressão começa, existe maior risco de a área virar alvo de desmatamento, então é preciso haver controle", diz o pesquisador sênior Carlos Souza Jr., que coordena a iniciativa.

"Para chegar nesse mapa trabalhamos desde 2006", conta João Siqueira, pesquisador que ajudou a dar seguimento aos trabalhos nessa área a partir de 2008 no Imazon. "Um dos desafios foi definir uma única metodologia para analisar imagens de uma região tão ampla como a Amazônia, com muitas diferenças de paisagem", explica.

O novo sistema utiliza imagens *Land-sat* (atualmente disponibilizadas gratuita-

mente pelo Inpe e pelo USGS) disponibilizadas a cada 16 dias, com resolução de 30 m por pixel. Foi necessário selecionar a melhor imagem de cada ano para cada uma das

"Um dos desafios foi definir uma única metodologia para analisar imagens de uma região tão ampla como a Amazônia, com muitas diferenças de paisagem..."

quase 200 cenas que cobrem a Amazônia, totalizando 1.465 imagens adquiridas para compor o mapa. Excluíram-se aquelas com elevada cobertura de nuvem a fim de evitar erros na análise.

Outro diferencial da metodologia foi a possibilidade de reproduzi-la em outros paí-

ses da Amazônia e do mundo. "Atualmente, um mapa semelhante já foi publicado para o Peru, Bolívia e Equador", conta João. Os países tropicais Congo, Indonésia e Vietnã também estão utilizando a metodologia para elaborar seus mapas anuais. A mesma metodologia vem sendo adotada pela Raisg^[3].

A mesma ideia foi aplicada à GFW^[4], lançada em fevereiro de 2014. Uma iniciativa do WRI, Google e um grupo de mais de 40 parceiros, entre eles, o Imazon. A GFW é uma plataforma dinâmica *online* de monitoramento e alerta que possibilita pessoas em todos os lugares a melhorar a gestão de florestas. Pela primeira vez, a GFW une imagens de satélite, mapas de desmatamentos e *crowd-sourcing* para garantir o acesso a informações precisas em tempo real sobre as florestas do mundo todo.

15

^[3] raisg.socioambiental.org
[4] globalforestwatch.org

Relatório de Atividades 2013

Gestão ambiental municipal dá novos passos

Por meio de capacitação e conhecimento aplicado na prática, o Imazon apoia o Programa Municípios Verdes e ajuda a reduzir desmatamento no Pará.

Lançado em 2011 pelo Governo do Estado do Pará, o PMV conta com o apoio do Imazon desde a sua concepção. Atualmente, o Instituto colabora nas ações de combate ao desmatamento, na gestão ambiental municipal, na produção rural sustentável, no ordenamento territorial e nos incentivos econômicos e financeiros.

Com foco na retirada de todos os municípios paraenses da lista dos maiores desmatadores da Amazônia, divulgada pelo MMA, o programa tem como principais metas o desmatamento líquido zero^[5] até 2020 e inserção no CAR de pelo menos 80% da área cadastrável do Estado até 2015.

Desde março de 2012, o Imazon tem apoiado o PMV utilizando a tecnologia do SAD para monitorar o desmate em escala municipal no Pará. "Boletins específicos são gerados automaticamente dentro do Imazon-Geo. Neles é possível ver o mapa do município com a coordenada do desmatamento. São esses alertas que enviamos em forma digital e impressa à Sema-PA e ao PMV, que os repassam aos municípios para uso na fiscalização", explica Antônio Victor Fonseca, pesquisador

Segundo Antônio, 81 boletins foram enviados para os municípios em 2013 (os boletins são gerados apenas quando se detecta desmatamento) e apenas 11% dos alertas emitidos foram verificados em campo. Visando incrementar esse aspecto, o Imazon também fornece treinamento para técnicos das secretarias em parceria com o PMV.

Kátia Pereira, do CGI, explica que os cursos focam nos fundamentos de geotec-

do Imazon da equipe do SAD.

^[5] O desmatamento líquido zero pressupõe que o processo de restauração florestal será equivalente ou maior que o desmatamento existente no Estado.

nologias com aplicação na gestão ambiental. "Demonstramos como é possível usar esse conhecimento no monitoramento, fiscalização e no planejamento de ações estratégicas de combate ao desmate", comenta. "Além disso, tivemos também o curso de verificação do desmatamento, com treinamento para verificação *in loco* do desmatamento utilizando GPS e os dados fornecidos pelo boletim de desmatamento municipal", completa.

O CGI dá suporte para outro eixo da parceria entre o Imazon e o PMV: a realização do CAR. O programa seleciona municípios estratégicos e o Instituto fornece o treinamento para que técnicos da própria secretaria utilizem geotecnologias para realização do CAR. Em 2013, mais de 130 pessoas foram capacitadas nos cursos de Introdução a Geotecnologias, Gestão Ambiental com Enfoque em CAR e Verificação do Desmatamento.

Alexandre da Cunha e Izabella Paixão, que atuam nas capacitações sobre CAR pelo Imazon, explicam que o Instituto também tem avançado na aplicação de uma metodologia que torna o processo do CAR mais rápido e menos oneroso: o mapeamento participativo. Membro do Grupo de Trabalho de Assentamentos do PMV, o Imazon e outras instituições engajadas têm testado essa metodologia para aplicá-la futuramente em ampla escala.

Izabella explica que o mapeamento participativo para a elaboração do CAR é a união entre o conhecimento técnico dos cientistas e o conhecimento tradicional do proprietário que conhece a região. Essa técnica foi utilizada pelo Imazon pela primeira vez em 2011 em áreas de comunidades tradicionais em Paragominas e posteriormente em abril de 2013 em áreas de assentamento no município de Tailândia. "Em 2012, esses dados auxiliaram o Iterpa no processo de titulação de 59 imóveis rurais na região de Paragominas", ressalta Alexandre.

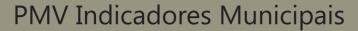
A transferência de informações e de técnicas tem auxiliado os municípios a avançar na agenda da regularização ambiental. "O Imazon colaborou de forma direta para que os municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Tailândia e Brasil Novo cumpris-

ICMS Verde

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Verde no Pará, que considera aspectos ambientais para o repasse do imposto estadual aos municípios paraenses, foi lançado em junho de 2013. O Imazon colaborou na concepção dessa iniciativa, a qual leva em conta a redução das taxas de desmatamento, o percentual de Áreas Protegidas no território municipal e o percentual da área municipal inscrita no CAR. Ao longo de 2014 estão sendo repassados aos municípios cerca de R\$ 30 milhões a título de ICMS Verde, o que representa 2% do repasse total do ICMS[6].

sem com os critérios do MMA e deixassem a lista crítica de desmatadores da Amazônia", destaca Paulo Amaral, pesquisador sênior do Imazon.

^[6] PMV, 2014. Programa Municípios Verdes: Atividades e Resultados 2013. Disponível em http://www.municipiosverdes.com.br/files/999816d7a617e650c796109566e1337c/9f61408e3afb633e50cdf1b20de6f466/PMV_Atividades%20e%20Resultados%202013.pdf, acesso em 02/6/2014.





Para acompanhar os avanços e tendências dos principais indicadores ambientais e socioeconômicos nos municípios paraenses, o Imazon, o PMV e o Instituto de Desenvolvimento

Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) desenvolveram o portal PMV Indicadores Municipais. Lançada em 2012 e atualizada em 2013, a ferramenta permite acessar informações ambientais, fundiárias, econômicas e sociais dos municípios do Estado. Renata Cunha, pesquisadora do Imazon que ajudou a construir o portal, afirma que as informações municipais estão dispersas em diversas fontes, e algumas delas estão em formato muito complexo. "Então reunimos esses dados de uma forma mais interativa, para que gestores municipais, pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral possam ter acesso às informações municipais", conclui. Desde seu lançamento em dezembro de 2012, o portal recebeu aproximadamente três mil visitas. Futuramente, o Imazon pretende ampliar a ferramenta incluindo dados de outros municípios que estão na lista de embargo do MMA na Amazônia Legal.

TCU avalia **gestão de UCs** na Amazônia

Com apoio do Imazon e outras instituições, o TCU elaborou relatório com recomendações para otimizar a gestão das áreas.

Um relatório divulgado pelo TCU em novembro de 2013 revelou que apenas 4% das Unidades de Conservação na Amazônia brasileira têm um grau avançado de implantação.

Convidado a participar da auditoria ambiental realizada pelo TCU, o Imazon ajudou a definir a metodologia de avaliação que o tribunal aplicou, indicando dados, literatura e instituições qualificadas para a iniciativa. Além disso, revisou o conteúdo e participou da apresentação do relatório como um dos palestrantes convidados.

A pesquisadora do Imazon, Elis Araújo, que estuda Unidades de Conservação há sete anos, afirma que o interessante da iniciativa é o fato de o próprio TCU iniciar o monitoramento da gestão dessas unidades pelos órgãos

competentes. "Todas as unidades críticas em desmatamento apresentam problemas fundiários, algumas não apresentam plano de manejo. Este é caso da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, uma Unidade de Conservação bastante povoada, que não possui plano de manejo para ordenar as áreas de uso e de preservação, o que a leva a figurar como a segunda mais desmatada na Amazônia Legal", alerta a pesquisadora, citando estudo do Instituto que aponta as Áreas Protegidas mais desmatadas em 2012 e 2013^[7].

Entre as determinações e recomendações do TCU ao MMA e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), destacamos a determinação de que o ICMBio apresente um plano de ação em 180 dias que contemple as recomendações pelo tribunal. Esse plano deve atacar os principais problemas identificados pela auditoria, como ausência de plano de manejo e regularização fundiária e baixa captação de recursos para as Unidades de Conservação.

O TCU está agora considerando realizar uma avaliação do sistema de Unidades de Conservação de toda a Pan-Amazônia. A ideia é que essa avaliação seja realizada futuramente sob a liderança dos Tribunais de Contas dos países amazônicos com base na metodologia desenvolvida pelo TCU Brasil.

[7] Áreas Protegidas da Amazônia Legal com mais alertas de desmatamento em 2012 e 2013.

Compensação ambiental pode garantir a **manutenção de Unidades** de Conservação.

Pará tem alto potencial de arrecadação de recursos e já iniciou a formulação de mecanismos para gerir investimentos destinados a Unidades de Conservação de proteção integral.

Historicamente, o Estado do Pará recebe muitos empreendimentos de infraestrutura e projetos minerais que causam impactos ambientais. Todos são, por lei, obrigados a destinar um percentual de seus investimentos a Unidades de Conservação de proteção integral, tais como Parques, Estações Ecológicas (Esec) e Reservas Biológicas (Rebio): é a chamada compensação ambiental.

Para estimar o potencial de arrecadação que o Pará possui em compensação ambiental, pesquisadores do Imazon levantaram os valores de empreendimentos já licenciados a partir do ano 2000 e previstos até 2020. Com uma soma de investimentos que pode alcançar cerca de R\$ 140 bilhões nesse período, seria possível levantar R\$ 720,7 milhões (as-

sumindo 0,5% como alíquota, estipulada pela legislação federal).

"Mesmo sem possuir um fundo estadual de compensação ambiental, o Pará foi pioneiro em regulamentar a cobrança quando em 2007 recebeu R\$ 54 milhões da Alcoa, primeira empresa a assinar um termo de cooperação com a Sema", explica Mariana Vedoveto, co-autora do estudo sobre compensação ambiental lançado em 2013. Mas

é preciso avançar. Como solução, o Imazon propôs a criação de um Fundo de Compensação Ambiental com base na experiência de sucesso executada no Estado de Rio de Janeiro, onde o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) operacionaliza os recursos da compensação. Está prevista para 2014 a publicação de um decreto regulamentando a aplicação dos recursos de compensação ambiental no Pará.



Florestas na **Calha Norte** começam a ser consolidadas

Unidades de Conservação da região dão os primeiros passos em plano de uso que pode gerar desenvolvimento social e renda para comunidades.

A Calha Norte abriga as maiores Unidades de Conservação dos trópicos, incluindo a maior do mundo: a Esec do Grão-Pará. O Imazon trabalha na Calha Norte desde 2006, quando elaborou os estudos técnicos e contribuiu de maneira decisiva para a criação das cinco Unidades de Conservação: as Florestas Estaduais (Flotas) de Faro, Trombetas e Paru; a Esec Grão-Pará; e a Rebio Maicuru. O Instituto também foi responsável pela elaboração dos planos de manejo das Flotas e estudos técnicos para a Rebio Maicuru e Esec Grão-Pará, os quais foram publicados em 2011.

Em 2013, o Imazon continuou as atividades voltadas para a implantação dos planos de manejo com foco nas áreas de ordenamento territorial, controle ambiental, comunicação e educação ambiental. Um dos trabalhos de destaque do Instituto foi a iniciativa Jo-

vens Protagonistas realizada na comunidade quilombola Cachoeira Porteira, situada na Flota do Trombetas. Essa iniciativa tem como objetivo despertar o interesse desse público para as questões de participação cívica na vida da comunidade, identidade cultural e conservação do meio ambiente. As atividades contam com a parceria do ICMBio e da prefeitura de Oriximiná, por meio das Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Ação Social. Uma conquista dessa iniciativa foi implantação do ensino médio em sistema modular na comunidade Cachoeira Porteira, na Flota de Trombetas.

I Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá



Em setembro de 2013 foi realizado na ilha de Mosqueiro (Belém) o I Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guia-

Foto: © Rafael Araújo

nas Pará e Amapá (Sapeg), que reuniu cerca de 100 participantes de instituições dos dois Estados. O evento foi organizado pelo Imazon, Conservação Internacional (CI) e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). As próximas edições do Sapeg estão marcadas para 2015 e 2017, com a participação de instituições da Guiana Francesa, Guiana Inglesa e Suriname.

Método é aplicado para **monitorar exploração** madeireira

Sistema utilizado pelo Imazon para avaliar a execução de planos de manejo é implantado pela Sema-PA para autorizar novas explorações.

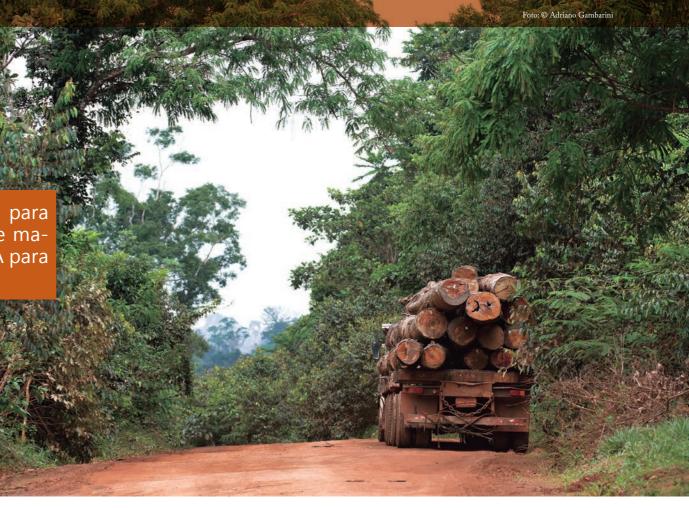
Desde 2008, o Imazon vem desenvolvendo um importante estudo no setor florestal: o monitoramento de planos de manejo nos Estados do Pará e Mato Grosso (Simex - Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira). Por meio de análise de imagens de satélite cruzadas com informações dos sistemas de controle florestal (Simlam - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental e Sisflora - Sistema de Comercialização de Transporte de Produtos Florestais), pesquisadores do Instituto avaliam a situação e execução de planos de manejo licenciados no período e estimam a área explorada ilegalmente. Os dois Estados lideram o ranking de extração madeireira na Amazônia e possuem sistemas de controle

florestal com informações organizadas disponíveis sobre os planos.

Segundo Denis Conrado, um dos pesquisadores que atuam nas verificações feitas no Mato Grosso, o trabalho começa com a análise da documentação disponibilizada sobre os planos de manejo autorizados para um determinado período. "Avaliamos a consistência das informações contidas nos do-

cumentos de autorização e, num segundo momento, utilizamos as imagens de satélite para verificar se a execução da atividade está em conformidade com os parâmetros descritos no documento, bem como com a legislação pertinente", explica.

Com o auxílio de imagens de satélite processadas capazes de realçar as cicatrizes da atividade madeireira na estrutura florestal, os pes-



quisadores conseguem quantificar e qualificar as áreas submetidas à atividade. Quanto à qualidade, as explorações podem se enquadrar em um dos três níveis distintos, que variam de acordo com a intensidade do dano causado à floresta: manejo de qualidade boa, intermediária ou de baixa qualidade.

"Fatores como o desrespeito às dimensões adequadas de estradas, ramais de arraste e pátios de estocagem são alguns elementos que intensificam o impacto na floresta, e essa perturbação é visível nas imagens", conta Dalton Cardoso, pesquisador que atua nas análises do Pará.

Diante da eficácia do método do Imazon, a Sema-Pará decidiu adotá-lo no processo de licenciamento de planos de ma"Fatores como o desrespeito às dimensões adequadas de estradas, ramais de arraste e pátios de estocagem são alguns elementos que intensificam o impacto na floresta, e essa perturbação é visível nas imagens"

nejo. O método do Imazon será utilizado principalmente para avaliar os casos de licenciamento do manejo florestal em que já houve extração. Para isso, no início de 2014, o Imazon capacitou 16 técnicos da Sema de Belém e bases regionais, dando ênfase no tratamento de imagens de satélite e na avaliação das áreas sujeitas ao manejo já com

base nos critérios elencados no ato normativo.

"A Sema já estabelece uma importante parceria com o Imazon em programas como a avaliação do desmatamento nos municípios do Estado. Recentemente, com o resultado dessa parceria, a Secretaria publicou a Portaria 63, que trata da exploração ocorrida em áreas que já foram exploradas ilegalmente no passado e que estão em processo de licenciamento para manejo florestal sustentável", conta Vicente de Paula Sousa, Coordenador do Núcleo de Geotecnologias (Geotec) da Sema-PA. "É uma parceria técnica muito importante nesse processo, porque agora podemos melhor mensurar e avaliar dentro dos critérios que esse procedimento estabelece', conclui.

Imazon ajuda na elaboração de **auditoria na pecuária**

Instituto auxiliou o MPF a desenvolver e testar modelo para auditoria de frigoríficos na Amazônia Legal.

Crédito oficial estimula desmatamento, indica estudo. Esta foi a reportagem de capa do jornal O Estado de São Paulo em 28 de janeiro de 2008, que usou dados do Imazon^[8] para mostrar como o crédito rural estimulava o desmatamento por meio da atividade pecuária na Amazônia. Dias depois, um procurador do MPF demandou as análises do Imazon e iniciou uma investigação sobre as contribuições da pecuária para o desmatamento.

O MPF continuou as investigações e, em junho de 2009, iniciou ações contra frigoríficos que compraram animais de fazendas que haviam desmatado ilegalmente. Para suspender as ações, os frigoríficos e matadouros assinaram TACs, compromissos com o MPF de que só

comprariam animais de fazendas que iniciassem a regularização ambiental. Além disso, o Governo do Pará se comprometeu com o MPF de que contrataria auditorias independentes para verificar a implantação do acordo.

Em 2013, o Imazon participou da elaboração do escopo e teste de três auditorias piloto para implantação do TAC da pecuária como parte de um Grupo de Trabalho formado pelo MPF, Sema-Pará e uma empresa de auditoria. O Imazon analisou dados do setor da pecuária para identificar indícios de irregularidades da implantação do TAC, os quais deveriam ser verificados por essas auditorias piloto. Além disso, sugeriu formas de prevenir potenciais fraudes na implantação do TAC.

Por exemplo, o Imazon demonstrou como pode ser feito o cálculo de produtividade das fazendas para evitar que uma fazenda legal venda animais de fazendas ilegais, como explica o pesquisador sênior Paulo Barreto. "Os auditores podem dividir o número de animais que foi vendido por fazenda pela área da fazenda. Como sabemos a capacidade de produção típica das fazendas, é fácil identificar quando uma fazenda vendeu um número muito grande de animais, o que é um indício de que a fazenda vendeu gado de fazendas ilegais. Este tipo de caso deve ser investigado detalhadamente para comprovar eventuais fraudes", comenta.

O Imazon também ajudou o MPF e a Sema na avaliação dos produtos da auditoria piloto. Em fevereiro de 2014, o Grupo de Trabalho aprovou um protocolo de auditoria que será usado para todos os frigoríficos que assinaram o TAC em 2009. O Governo do Pará usará o protocolo para lançar um edital em 2014, o qual irá contratar a auditoria para todos os frigoríficos que assinaram o compromisso com o MPF.

[8] Barreto, P., Pereira, R. & Arima, E. 2008. A pecuária e o desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas. (p. 40). Belém: Imazon.

Disseminação e

SPECIAL REPORT

Brazil's conversion

Trees of knowledge

How Brazil is using education, technology and politics to save its rainforest

MAURO LUCIO IS living the dream. Having started work as a cowboy at &, he is now 48 and raises cattle on so square kilometres of Paragominas municipality in Pará state. The animals on his march are healthy, the grass thick and the fences solid. Along the avenues on his estate, wooden posts name the many different varieties of trees he has planted between the fields. His wife serves delicious food while his three daughters play happily on the verandah of the handsome wooden ranch house.

The only thing that is not ideal about Mr Lucio's estate is its history. Until around ten years ago it was part of the rainforest. The biggest rece, up to 100 feet tall, were sold for trimber, the rest burnt. In this way Brazil has lost around 19% of its Amazonian forest. And Brazil makes up around 64% of the Amazon recion.

burnt. In this way Brazil has lost around 19% of its Amazonian forest. And Brazil makes up around 65% of the Amazon region. Half of the world's plant and animal species are believed to live in rainforest, so destroying it is a sure way of wiping outlarge swathes of biodiversity. Species are put at risk not just when forest is burned but also when clearing cuts up the remaining forest into smaller and smaller fragments. A study conducted over three decades by Thomas Lowjoy, an American scientist, shows that creatures die when the forest becomes more and more fragmented, partly because it dries up and partly because some species are deprived of the range they need to survive.

Until recently it would have been normal practice in the

until recently it would have been normal practice in the areafor Mr Lucio to occupy his snachfor a few years, then, when productivity dropped—as it tends to on the rather thin rainfores soil—burn down some more and move on. But Mr Lucio has no plans to do that, nor, if they are to be believed, do any of the other ranchers in Paragominas. Burning down the rainforest, in addition to having been outlawed, has also become socially unacceptable. Mr Lucio is focusing on raising his income not by colonising moreland but by increasinghis farm's productived.

reconhecimentos

The Economist destaca combate ao desmatamento

A revista de negócios mais influente do mundo, The Economist, trouxe na capa da edição de setembro de 2013 os avanços do combate ao desmatamento na Amazônia e destacou o papel crucial de Paragominas nesse esforço. No especial de 14 páginas sobre biodiversidade, a revista mostrou o papel e a origem do Imazon no monitoramento do desmatamento. Instituições-chave como o MPF, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), MMA e Governo do Pará também receberam destaque na edição. Paragominas é citada na revista como cidade que deu a volta por cima, o laboratório da nova Amazônia, mostrando ser possível conciliar economia e natureza. The Economist relata ainda a queda expressiva no desmatamento na Amazônia de 82% - na comparação entre 2012 e 2004 – que é uma conquista sem precedentes no esforço mundial para proteger florestas tropicais.



Tendência de **aumento de desmatamento** é foco em noticiário

No período de agosto de 2012 a julho de 2013, o SAD revelou um aumento de 92% da área detectada pelos alertas de desmatamento. Essa estatística indicava uma tendência de aumento da taxa anual de desmatamento estimada. Em 18 de julho de 2013, a *Folha de São Paulo* – jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral^[9] – publicou matéria indicando essa ten-

dência, que mais tarde foi confirmada por dados preliminares do Prodes para o período de agosto de 2012 a julho de 2013, os quais revelaram um aumento de 28% na taxa de desmatamento em relação ao período anterior. Isso significa uma retomada no aumento anual da área desmatada depois de três anos consecutivos de queda de desmatamento.

Em novembro, o *Jornal Nacional*, com média de audiência de 16 milhões de telespectadores, também destacou dados do SAD em matéria com entrevista do pesquisador sênior Adalberto Veríssimo.



Calha Norte é tema de reportagem especial

A repórter do jornal *O Estado de São Paulo* viajou à Calha Norte para produzir uma ampla reportagem sobre a história da região e os desafios para seu desenvolvimento sustentável. Publicada no caderno Planeta da edição de 20 de fevereiro de 2013, o especial enfatiza tanto as riquezas naturais da região – uma vez que concentra o maior número de espécies endêmicas no mundo – como as iniciativas que atualmente são desenvolvidas por diver-



sas instituições para dar apoio à consolidação das Unidades de Conservação lá estabelecidas como fonte de recursos naturais rentáveis e preservados.

Literatura & Sustentabilidade 2

Adriano Gambarini, André Trigueiro e Sônia Bridi foram os três grandes nomes que participaram da segunda edição de Literatura & Sustentabilidade, bate-papo entre grandes autores da literatura ambiental brasileira realizado pelo Imazon desde 2012 dentro da Feira Pan-Amazônica do Livro. Em 2013, com a mudança no cronograma da Feira, o evento aconteceu no dia 27 de abril no Hangar. O bate-papo Literatura & Sustentabilidade 2, apenas para convidados, reuniu 500 pessoas entre lideranças do setor ambiental, social e político, além de empresários, intelectuais, jornalistas, artistas, ONGs e estudantes.



_		
_		

Veículos	Originais	Reproduções	Total
Website	136	463	599
Jornal impresso	28	216	244
Agência	29	208	237
Revista	14	24	38
Rádio	23	20	43
TV	13	35	48
Total	246	966	1212

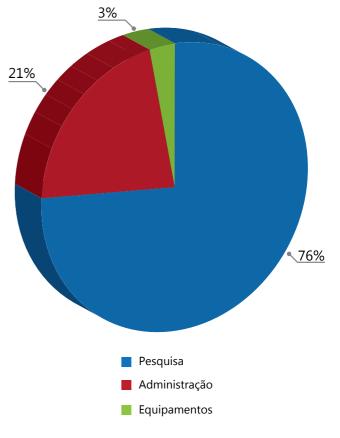


Extrato do Balanço Financeiro 2013

ENTRADA DE RECURSO	OS	
Skoll Foundation	2.795,46	22,43%
Gordon and Betty Moore Foundation	1.792,72	14,39%
Associação Vale p/ Desenvolvimento Sustentável	1.787,85	14,35%
Bndes - Banco Nacional de Desen. Econ. E Social	1.786,88	14,34%
Mercy Corps (Usaid)	1.456,86	11,69%
Porticus Latin America	795,68	6,38%
United States Depart. of Agriculture Forest Service	621,68	4,99%
Sema - Secretaria de Estado de Meio Ambiente	445,25	3,57%
Ford Foundation	341,25	2,74%
ICV - Instituto Centro de Vida	208,69	1,67%
WRI - World Resources Institute	176,25	1,41%
Climate Works Monitoramento	77,60	0,62%
Embaixada Britânica	55,75	0,45%
Fundación Avina	54,88	0,44%
Martins Agropecuária S/A	37,53	0,30%
Ebata Produtos Florestais	10,50	0,08%
Golf Indústria e Comércio de Madeira Ltda	10,50	0,08%
Ieb - Inst. Internacional de Educação do Brasil	6,79	0,05%
	12.462,13	100,00%

APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
Pesquisa	11.187,75	75,69%	
Administração	3.102,80	20,9 9%	
Equipamentos	490,62	3,32%	
	14.781,17	100,00%	
Resultado 2013	(2.319,03)		

Aplicação dos Recursos 2013



INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON					
Extrato dos Balanços Patrimo	Extrato dos Balanços Patrimoniais dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 - Em milhares de reais				
Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio social	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	383	339	Fornecedores	108	118
Recursos vinculados a projetos (Nota 5)	5.431	7.932	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	812	1.058
Adiantamentos pagos (Nota 6)	390	367	Obrigações tributárias	25	40
Créditos de contratos e termos de cooperação	1	228	Adiantamentos recebidos (Nota 10)	165	98
Despesas antecipadas	19	36	Obrigações com recursos de projetos (Nota 11)	4.612	7.092
	6.224	8.902		5.722	8.407
Não circulante			Patrimônio social (Nota 9)		
Imobilizado (Nota 5)	324	374	Patrimônio social	968	995
Intangível (Nota 6)	43	99	Superávit (déficit) acumulado	-99	-26
	367	473		869	968
Total do ativo	6.591	9.375	Total do passivo e patrimônio social	6.591	9.375
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br					

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato das Demonstrações do Superávit e Déficit dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 - Em milhares de reais

	2013	2012
Receitas (nota 15)	3.454	4.164
Custos		
Custo com prestação de serviços	(364)	(414)
Salários e encargos sociais (nota 16)	(1.658)	(1.627)
	(2.022)	(2.041)
Superávit bruto	1.432	2.123
Despesas de serviços	(266)	(783)
Despesas administrativas (nota 17)	(1.212)	(1.282)
Outras despesas operacionais, líquidas	(9)	(8)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas	(55)	50
Receitas financeiras (nota 18)	48	7
Despesas financeiras (nota 18)	(92)	(83)
Despesas financeiras líquidas	(44)	(76)
Superávit do exercício	(99)	(26)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 -Em milhares de reais

DESCRIÇÃO	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2011	1.198	-203	995
Absorção do superávit	-203	203	0
Déficit do exercício		-26	-26
Em 31 de dezembro de 2012	995	-26	968
Absorção do superávit	-26	26	0
Déficit do exercício		-99	-99
Em 31 de dezembro de 2013	968	-99	869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato das Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012 - Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-99	-26
Ajustes		
Depreciação e amortização	101	139
Custo residual do ativo imobilizado alienado	9	7
Variações nos ativos e passivos	38	149
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	49	269
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-5	-15
Aquisições de bens do ativo intangível		-29
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-5	-44
Redução de caixa e equivalentes de caixa	44	225
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	339	114
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	383	339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Parecer dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Administradores Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis citais pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2

PricewaterhouseCoopers, SHS Quadra 6, Cj. A, Bloco C, Ed. Business Center Tower, Salas 801 a 811, Brasilia, DF, Brasil 70322-915 Caixa Postal 08850, T. (61) 2196-1800, F. (61) 2196-1820, www.pwc.com/br



Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, o2 de junho de 2014

PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. CRC 2SP023173/O-4 "S" PA

Fabiano Ricardo Tessitore Contador CRC-18P216451/O-1 "S" PA

3

Anexos

Listas de **Conselhos Técnicos** e **Câmaras**

Em 2013, o Imazon integrou os seguintes Conselhos Técnicos e Câmaras:

- Comitê Técnico do Fundo Amazônia.
 Representante: Adalberto Veríssimo
- Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará (CTSF).

Representantes: André Monteiro

 Câmara Ambiental do Conselho Diretor do FSC - Iniciativa Brasil.

Representante: Paulo Amaral.

 Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, como representante titular do Observatório do Clima.

Representante: Brenda Brito.

 Grupo Executivo Intergovernamental do Programa Terra Legal, como suplente do Fórum Amazônia Sustentável.

Representante: Brenda Brito.

 Comitê Executivo do Movimento Empresarial pela Biodiversidade.

Representantes: Adalberto Veríssimo e Mariana Vedoveto.

Coordenação Colegiada do Observatório do Clima.

Representante: Brenda Brito

 Grupo de Trabalho para a definição da Política Estadual sobre Serviços Ambientais na Sema.

Representante: Brenda Brito

Conselho Gestor do Programa Municípios Verdes.

Representantes: Paulo Amaral e Andréia Pinto.

 Grupo de Trabalho para elaboração de plano para fiscalização de Áreas Protegidas na Sema.

Representante: Heron Martins

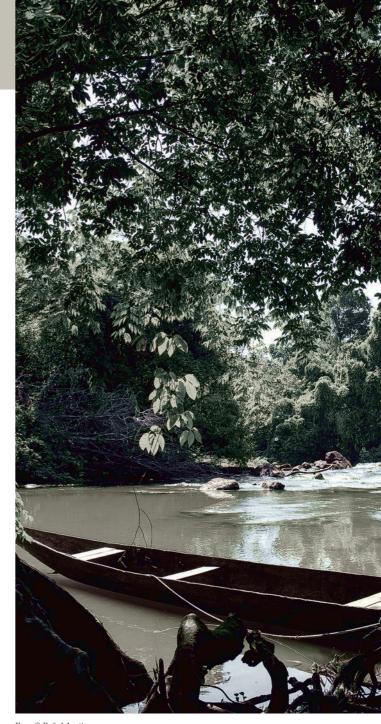


Foto: © Rafael Araújo

Download de publicações

Publicação	Downloads
O Estado da Amazônia. Uso da Terra	324
Compensação ambiental: Oportunidades para a consolidação das Unidades de Conservação do Pará	291
Municípios Verdes: Caminhos para a sustentabilidade	257
Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia?	216
Boletim do Desmatamento (SAD) Junho de 2013	209
Floresta para sempre: um manual para a produção de madeira na Amazônia	203
Marco regulatório sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil	200
A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados	189
Áreas Protegidas da Amazônia Legal com mais Alertas de Desmatamento em 2012-2013	150
Pendências fundiárias no Pará	149
Outras publicações	8196
Total	10384*

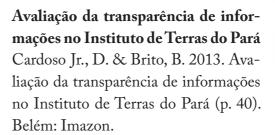
^{*} Por uma falha da empresa que administra o *site* do Imazon na contagem de dados foram contabilizados *downloads* de 1º de janeiro a 14 de outubro de 2013.

Lista de **publicações**

• Livros e livretos

Áreas Protegidas da Amazônia Legal com mais Alertas de Desmatamento em 2012-2013

Araújo, E., Martins, H., Barreto, P. & Lima, A. C. 2013. Áreas Protegidas da Amazônia Legal com mais Alertas de Desmatamento em 2012-2013 (p. 32). Belém: Imazon.

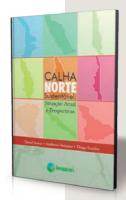






Calha Norte sustentável: Situação atual e perspectivas

Santos, D., Veríssimo, A. & Sozinho, T. 2013. Calha Norte sustentável: Situação atual e perspectivas (p. 200). Belém: Imazon.





Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia?

Barreto, P. & Silva, D. 2013. Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia? (p. 56). Belém: Imazon.



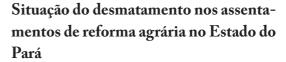
Compensação ambiental: Oportunidades para a consolidação das Unidades de Conservação do Pará

Pinto, I. C., Vedoveto, M. & Veríssimo, A. 2013. Compensação ambiental: Oportunidades para a consolidação das Unidades de Conservação do Pará (p. 53). Belém: Imazon.



Municípios Verdes: Caminhos para a sustentabilidade (2ª edição)

Guimarães, J., Veríssimo, A., Amaral, P., Pinto, A. & Demachki, A. 2013. Municípios Verdes: Caminhos para a sustentabilidade (2a ed., p. 174). Belém: Imazon



Brandão Jr., A., Souza Jr., C., Pinto, A., Amaral, P. & Veríssimo, A. 2013. Situação do desmatamento nos assentamentos de reforma agrária no Estado do Pará (p. 34). Belém: Imazon.



O Estado da Amazônia. Uso da Terra

Santos, D., Pereira, D. & Veríssimo, A. 2013. O Estado da Amazônia: Uso da Terra (p. 67). Belém: Imazon.



Artigos

10-year Landsat classification of deforestation and forest degradation in the Brazilian Amazon

Souza Jr., C., Siqueira, J., Sales, M., Fonseca, A., Ribeiro, J., Numata, I., Cochrane, M., Barber, C., Roberts, D. & Barlow, J. 2013. Ten-Year Landsat classification of deforestation and forest degradation in the Brazilian Amazon. *Remote Sensing* 5, 5493–5513.

A social and ecological assessment of tropical land uses at multiple scales: the Sustainable Amazon Network

Gardner, T.A. et al. 2013. A social and ecological assessment of tropical land uses at multiple scales: the Sustainable Amazon Network. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 368 (20120166), 11.

Base de informações geográficas para gestão ambiental municipal da Amazônia

Souza Jr., C., Amaral, P., Sales, M., Salomão, R., Oliveira Jr., L., Batista, W. & Martins, J. 2013. Base de informações geográficas para gestão ambiental municipal na Amazônia. *Revista Brasileira de Cartografia* 3(65), 591–603.

Predictive modelling of contagious deforestation in the Brazilian Amazon

Rosa, I.M. D., Purves, D., Souza Jr., C. & Ewers, R. M. 2013. Predictive modelling of contagious deforestation in the Brazilian Amazon. *PLOS ONE* 8(10), 14.

Setting priorities to avoid deforestation in Amazon protected areas: Are we choosing the right indicators?

Nolte, C., Agrawal, A. & Barreto, P. 2013. Setting priorities to avoid deforestation in Amazon protected areas: are we choosing the right indicators? Environmental Research Letters 8(1), 7.

Spontaneous colonization and forest fragmentation in the central Amazon Basin

Arima, E. Y., Walkerbd, R. T., Souza Jr., C., Pereira, R. & do Canto, O. 2013. Spontaneous colonization and forest fragmentation in the central Amazon Basin. *Annals of the Association of American Geographers* 103(6), 1485–1501.

Temporal patterns of road network development in the Brazilian Amazon

Ahmed, S. E., Souza Jr., C., Ribeiro, J. &

Ewers, R. M. 2013. Temporal patterns of road network development in the Brazilian Amazon. *Regional Environmental Change*, (13), 927-937.

Boletins do Desmatamento/Transparência Florestal

Boletim do Desmatamento (SAD) Dezembro de 2012

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (dezembro de 2012) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Janeiro de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (janeiro de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Fevereiro de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (fevereiro de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Março de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (março de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Abril de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (abril de 2013) (p. 13). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Maio de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (maio de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Junho de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (junho de 2013) (p. 13). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Julho de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (julho de 2013) (p. 13). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Agosto de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (agosto de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Setembro de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (setembro de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Outubro de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (outubro de 2013) (p. 12). Belém: Imazon.

Boletim do Desmatamento (SAD) Novembro de 2013

Martins, H., Fonseca, A., Souza Jr., C., Sales, M. & Veríssimo, A. 2013. Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal (novembro de 2013) (p. 13). Belém: Imazon.

• Transparência Manejo Florestal

Boletim Transparência Manejo Florestal Estado do Pará 2011-2012

Monteiro, A., Cardoso, D., Conrado, D., Veríssimo, A. & Souza Jr., C. 2013. Boletim Transparência Manejo Florestal Estado do Pará (2011-2012) (p. 14). Belém: Imazon.

• O Estado da Amazônia

Pendências fundiárias no Pará

Brito, B., Baima, S. & Salles, J. 2013. Pendências fundiárias no Pará. O Estado da Amazônia (Vol. 23, p. 6). Belém: Imazon.

• Congressos e anais

Cálculo do índice NDFI em imagens IRS-P6/LISS3: Aplicações na detecção de extração seletiva de madeira na Amazônia

Doblas, J. & Souza Jr., C. 2013. Cálculo do índice NDFI em imagens IRS-P6/LISS3: aplicações na detecção de extração seletiva de madeira na Amazônia. XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto do Inpe.

ImgTools: A software for optical remotely sensed data analysis

Souza Jr., C. & Siqueira, J. 2013. ImgTools: A software for optical remotely sensed data analysis. XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto do Inpe (pp. 1571–1578). Foz do Iguaçu: Inpe.

Mapeamento da cobertura do solo de Paragominas-PA com imagens de satélite de alta resolução: aplicações para o Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Martins, H., Nunes, S., Salomão, R., Wagner, R., Augusto, L. & Souza Jr., C. 2013. Mapea-

mento da cobertura do solo de Paragominas-PA com imagens de satélite de alta resolução: aplicações para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto do Inpe (pp. 1283–1290). Foz do Iguaçu: Inpe.

Monitoramento remoto de concessões florestais na Amazônia - Flona do Jamari, Rondônia

Monteiro, A., Conrado, D., Cardoso, D. & Souza Jr., C. 2013. Monitoramento remoto de concessões florestais na Amazônia - Flona do Jamari, Rondônia. XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto do Inpe (pp. 6433–6440). Foz do Iguaçu: Inpe.

Risco Desmatamento

Boletim Risco de Desmatamento: avaliação de resultados (Agosto de 2011 a Julho de 2012) Sales, M. & Souza Jr., C. 2013. Boletim Risco de Desmatamento: avaliação de resultados (Agosto de 2011 a Julho de 2012) (p. 7). Belém: Imazon.

Calha Norte

Boletim da Calha Norte Outubro de 2012 a Março de 2013

Consórsio Calha Norte. 2013. Boletim da Calha Norte Outubro de 2012 a Março de 2013 (p. 6). Belém: Imazon.

Boletim da Calha Norte Março a Agosto de 2013

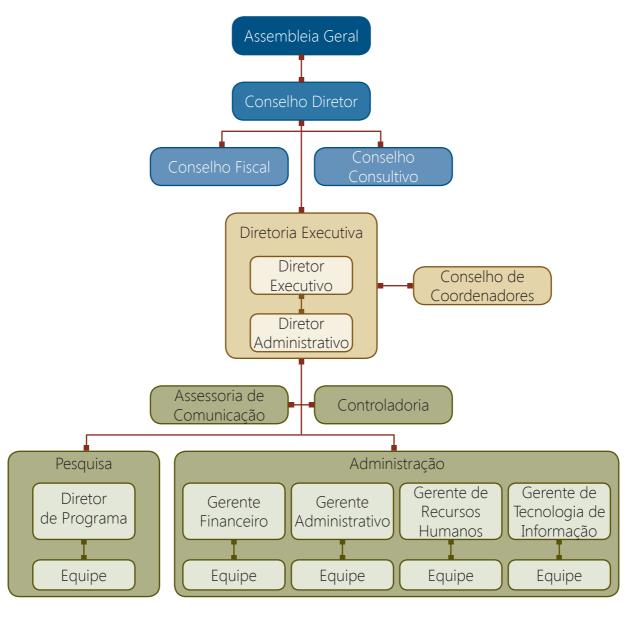
Consórsio Calha Norte. 2013. Boletim da Calha Norte Março a Agosto de 2013 (p. 4). Belém: Imazon.

Outras publicações

Desmatamento e degradação florestal do bioma Amazônia (2000 - 2010)

Souza Jr., C., Siqueira, J., Ribeiro, J. & Sales, M. 2013. Desmatamento e Degradação Florestal do Bioma Amazônia (2000 - 2010) (p. 2). Belém: Imazon.

Organograma e equipe (Em 31 de dezembro de 2013)



Pesquisadores	Analistas	Administração	Trainees
Pesquisadores Seniores Adalberto Veríssimo Carlos Souza Jr.	Analistas III Bernardo Caires Kátia Pereira	Gerentes Bruno Oliveira (Comunicação) Daniel Souza (TI)	Taciane do Socorro Wildson Queiroz
Paulo Barreto Paulo Amaral	Radia Ferena Rodney Salomão Sâmia Nunes	Elson Vidal (Administrativo) Isabelle Corrêa (Financeiro)	Estagiários
Pesquisador Adjunto Amintas Brandão Jr.	Analistas II Jarine Reis	Verônica Oki (Controladoria) Wanessa Ferreira (Recursos Humanos)	Carolina Yamada Dyeden Monteiro Leandro Botelho
Pesquisadores Assistentes II Andréia Pinto	Júlia Ribeiro Victor Lins	Assistentes Arthur Lisboa (Financeiro) Fabiany Lucidos (Financeiro)	Leandro Neves Rayssa Braga Sérgio Barbosa
Antônio Victor Fonseca Daniel Santos	Analistas I Alan Lins	Flávia Valle (Financeiro) Thays Borges (Controladoria)	Thaís Santos
Elis Araújo Heron Martins	Izabella da Paixão Roberto Wagner Batista Sara Baima	Paula Ramos (Secretária Bilíngue) Auxiliares	Pesquisadores Associados
Jakeline Pereira Márcio Sales Mariana Vedoveto	Técnicos	Fernando Medeiros (Administrativo) Helton Rodrigues (TI)	Brenda Brito Christopher Barber
Pesquisadores Assistentes I Dalton Cardoso	Carlos Alexandre Ribeiro Eli Franco	Izabel Cristina Andrade (Serviços Gerais) Larissa Barros (Financeiro) Maria de Nazaré da Costa (Serviços Gerais)	Danielle Celentano Edson Vidal Erin Sills
Daniel Silva Dário Rodrigues Dênis Conrado	Henrique Vilani Renan Moura	Selma Ramos (Serviços Gerais) Stefânia Costa (Comunicação) Rosa Maria Pinheiro (Serviços Gerais)	Eugênio Arima Mark Cochrane
Gabriela Góes João Victor Siqueira Luís Augusto Oliveira		Rita de Cássia Oliveira (Contabilidade)	

Relatório de Atividades 2013

Marcelo Justino Renata Cunha



SIGLAS

ARA	Articulação Regional Amazônica	MPF	Ministério Público Federal
APA	Área de Proteção Ambiental	OC	Observatório do Clima
CAR	Cadastro Ambiental Rural	ONGs	Organizações Não Governamentais
CGI	Centro de Geotecnologia do Imazon	ONU	Organização das Nacões Unidas
CI	Conservação Internacional	Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
CMN	Conselho Monetário Nacional	PBMC	Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas
COP-15	Conferência do Clima em Copenhague em 2009	PMV	Programa Municípios Verdes
CTSF	Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará	Raisg	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferencia-
Esec	Estações Ecológicas		da
Flotas	Florestas Estaduais	Rebio	Reservas Biológicas
FSC	Conselho de Manejo Florestal	SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
GEE	Gases de Efeito Estufa	SAD-EE	SAD-Earth Engine
GFW	Global Forest Watch	SEEG	Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	SGA	Serviço Geológico Americano
	Renováveis	Sapeg	Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas Pará e Amapá
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Sema-PA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	SIG	Sistemas de Informações Geográficas
Idesp	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do	Simex	Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira
	Pará	Simlam	Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental
Iepé	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	Sisflora	Sistema de Comercialização de Transporte de Produtos Florestais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas	TCU	Tribunal de Contas da União
Iterpa	Instituto de Terras do Pará	TCE-PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
IVC	Instituto Verificador de Circulação	TAC	Termo de Ajuste de Conduta
MMA	Ministério do Meio Ambiente	WRI	World Resources Institute
MPE	Ministério Público Estadual	USGS	Serviço Geológico Americano

